

GÊNERO, POLÍTICAS PÚBLICAS E SERVIÇO SOCIAL

Organizadoras: Profa. Luciana Patricia Zucco (UFSC), Profa. Teresa Kleba Lisboa (UFSC), Profa. Magali da Silva Almeida (UFBA)

A Revista Gênero tem proporcionado importantes discussões sobre as leituras de gênero e suas interseccionalidades, visibilizando temas e debates que emergem no cotidiano de trabalho profissional dos/as assistentes sociais e na produção de conhecimento acadêmico do Serviço Social, convergindo para abordagens interdisciplinares e críticas no âmbito dos estudos de gênero e dos feminismos. No Brasil, o atual cenário de fortalecimento do neoconservadorismo ampliou significativamente os ataques e retrocessos a diferentes áreas dos direitos sociais conquistados pelos movimentos sociais nas duas últimas décadas. As pautas de desmontes envolvem o gênero, a sexualidade, as mulheres e população LGBTQI+ e o antirracismo, através de lutas históricas por reparação social a negros(as), povos tradicionais, e, simultaneamente, a Seguridade Social e a focalização da proteção social na extrema pobreza. Logo, projetar pesquisas e trabalhos desenvolvidos nesse (campo temático) debate é resistir e reafirmar uma produção de conhecimento comprometida com a equidade de gênero, raça-etnia, sexualidades e classe e políticas sociais públicas. Nesse sentido, destacamos a importância da transversalidade de gênero e étnico-raciais, resultante dos acordos internacionais dos anos de 1990, como responsabilidade dos governantes para a eliminação das desigualdades de gênero, e estratégia de incorporação do princípio de *gender mainstreaming* pelos Estados. No contexto das políticas para mulheres em âmbito mundial, esta estratégia prevê a incorporação da perspectiva de gênero em todas as áreas de políticas públicas, com a finalidade de melhorar as condições de vida e a inserção das mulheres nas relações sociais. Ressalta-se, com o mesmo peso de importância, a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância promovida pela ONU, em 2001. Esta insta os Estados-Nação no combate a todas as formas de discriminação e preconceito raciais, através de políticas públicas, iniciando um grande debate, principalmente na América Latina, a respeito da implementação de políticas de ação afirmativa.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

O Serviço Social tem se aproximado de tal debate ao constatar que novas relações de gênero exigem políticas sociais públicas que incorporem a interseccionalidade e a equidade de gênero e raça: políticas de ações afirmativas; políticas de prevenção e enfrentamento às violências contra as mulheres, sobretudo às racializadas, e contra a população LGBTQTs; mudanças no sistema de cotas e benefícios específicos para mulheres pobres, trabalhadoras, indígenas, negras, prostitutas, mulheres e meninas em situação de rua e destituídas de seus direitos mínimos. É no espaço da esfera pública que serão delineadas propostas de políticas com estas perspectivas. Deste modo, almejamos com esse Dossiê, criar um espaço de discussão plural a partir das pesquisas e experiências profissionais desenvolvidas segundo uma perspectiva interseccional, possibilitando refletir sobre os eixos de discriminação – gênero, raça/etnia, classe, gerações e sexualidades - na produção de conhecimento do Serviço Social.

O artigo que abre o Dossiê: “População LGBTQIA+ em situação de rua: assistência social em debate”, de autoria de Ricardo William Guimarães Machado, aborda as reflexões sobre a assistência social no que tange à População LGBTQIA+ em Situação de Rua (PSR+), e reflete uma longa caminhada de aprendizados e experiências durante a jornada acadêmica do autor com o universo do estudo. Buscou compreender a relação intrínseca entre a política de assistência social e as necessidades da PSR+ na contemporaneidade. Como resultado principal deste escrito, o autor aponta o Centro Pop como importante campo de compreensão e intervenção na realidade da PSR+, devido à sua capacidade protetiva, instrumental e política.

Na sequência, o artigo “O peso da violência sexual: uma análise da produção de conhecimento sobre violência sexual e obesidade no contexto brasileiro”, das autoras Daielen Trevisol dos Santos, Luciana Patrícia Zucco e Darlana Trevisol dos Santos, decorre da experiência profissional de assistentes sociais no Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, na ênfase da Alta Complexidade, no ambulatório de Cirurgia Bariátrica do Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago (HU/UFSC). Este tem como objeto de investigação a produção de conhecimento sobre a relação obesidade e violência sexual. A partir dos resultados, concluiu-se que o Serviço Social atua nos aspectos da garantia do acesso ao serviço e na proteção social para sua efetivação no contexto do atendimento em equipe multiprofissional. Aponta, ainda, que a produção de conhecimento sobre a temática expressa uma discussão incipiente e pouco explorada, sendo o debate transversal à prática profissional e às instituições de saúde pública.

Maria Amoras e Larissa Tuane Lima do Nascimento, no artigo “Mulheres negras beneficiárias do PBF: o desafio da chefia familiar”, apresentam parte dos resultados de uma pesquisa intitulada “Configurações e práticas sociais das famílias usuárias do Programa Bolsa Família (PBF) em Belém-PA”. Analisa a trajetória de mulheres beneficiárias do PBF, em sua maioria negras, que se fizeram presentes no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS do bairro da Terra Firme, *locus* da investigação. Os resultados mostraram que, desde a infância, essas mulheres são atravessadas por pobreza, racismo, sexismo e violência de gênero. A política pública encerra-as no espaço doméstico e, sob o controle dos corpos femininos negros, reforça naturalizações das contradições sociais históricas da interseccionalidade de gênero, raça e classe na relação da família com o Estado.

Com a “Feminização das migrações haitianas, transnacionalização dos vínculos familiares e processos de violências: apontamentos para o Serviço Social”, Teresa Kleba Lisboa e Fernanda Borba discorrem sobre a feminização das migrações de haitianas para o sul do Brasil em busca de melhores condições de vida ou para fugir de violências no país de origem, e após fixar residência, iniciam a reunificação familiar. O diálogo com as haitianas privilegiou a abordagem metodológica das narrativas sobre a transnacionalização dos vínculos familiares e as situações de violências do Haiti ao Brasil, bem como sinalizou aos/às profissionais do Serviço Social a importância de estarem atentos/as ao racismo e à xenofobia, seja de forma velada ou explícita nas relações cotidianas, seja na ausência de políticas públicas voltadas à migração ou no despreparo das instituições brasileiras para prestar serviços que incorporem a questão migratória interseccionada aos marcadores sociais.

No artigo “Intervenção pedagógica do serviço social e os estudos em gênero e sexualidade: compartilhando conhecimentos do litoral ao sertão pernambucano”, Luiz Henrique Braúna Lopes de Souza relata e sistematiza sua experiência como assistente social no Centro Estadual de Combate à Homofobia – CECH. O CECH é um serviço que viabiliza o programa de promoção e proteção dos direitos da população LGBT, vinculado à Secretaria Executiva de Direitos Humanos, pasta da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos da gestão 2015 - 2018 do Governo do Estado de Pernambuco. O artigo reflete sobre a intervenção profissional do Serviço Social, a partir das teorias feministas e dos estudos de gênero e de sexualidade, particularmente sobre as vivências da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais – LGBT no capitalismo contemporâneo. Como resultados, apresenta ações desenvolvidas nos diferentes equipamentos municipais do

Estado e ressalta que o compartilhamento de informações é essencial no combate à LGBTfobia.

O artigo “Violências de gênero contra as mulheres, feminismos e Serviço Social: desafios políticos à categoria”, de autoria de Josimara Aparecida Delgado Baour, Márcia Tavares e Valéria Noronha, é fruto do diálogo entre três pesquisadoras que guardam, em comum, o interesse pelos debates sobre gênero e sua defesa como elemento que deve compor centralmente a formação em Serviço Social. As autoras partem do pressuposto de que, a despeito da categoria ter incorporado o tema em seus debates, ainda o faz de forma a secundarizar sua importância, principalmente teórica, visto que os currículos não tematizam os estudos de gênero e os debates feministas, a não ser pontualmente, e sob a chave analítica da questão social. Trazem como propostas, entre outras: a) fortalecer as bases da categoria, permanecer na defesa por uma formação profissional pública e de qualidade; b) garantir o debate das transversalidades de gênero, raça, classe, orientação sexual, geração, entre outras dimensões na produção de estudos e pesquisas; c) trazer a discussão sobre as políticas de gênero e para mulheres, bem como as políticas de prevenção e enfrentamento à violência de gênero contra as mulheres como componentes curriculares dos cursos de Serviço Social.

Fechando o Dossiê, o artigo: “Encarceramento feminino, seletividade penal e tráfico de drogas”, de Jaqueline Quadrado, trata sobre o encarceramento em massa, especialmente de mulheres jovens, pretas, pardas e pobres, envolvidas com o tráfico de drogas. Aborda, ainda, as condições que levaram ao aumento exponencial da população carcerária feminina no Brasil, bem como a seletividade penal dessas camadas sociais, a partir de literatura crítica e da perspectiva interseccional. Para a autora, a interseccionalidade permite superar a análise descritiva e estancamento dos fatores envolvidos na prática do crime cometido por mulheres e seu consequente encarceramento, esclarecendo como o sistema judicial pode incorporar e perpetuar a injustiça social.

Esse Dossiê é uma contribuição para pensar o trabalho profissional, bem como a produção de conhecimento do Serviço Social. Esperamos que ele possa inspirar assistentes sociais/pesquisadores/as a incorporarem em seu exercício profissional os estudos feministas e de gênero, em uma perspectiva interseccional. Desejamos uma ótima leitura e que as reflexões aqui presentes promovam novas práticas de intervenção e pesquisas em Serviço Social, uma profissão constituída por 95% de mulheres que no seu cotidiano de trabalho atende majoritariamente mulheres.